

Ideologia, individualismo e psicologia: o modo de produção capitalista e a experiência subjetiva

**Ideology, individualism and psychology:
the capitalist mode of production
and subjective experience**

Amom Rodrigues de Moraes

Fernando Lacerda Jr.

Universidade Federal de Goiás (Brasil)

Resumo: Este trabalho empreende uma revisão bibliográfica e visa enfatizar a emergência de uma forma de individualidade histórica inédita no capitalismo. Realiza uma discussão sobre a experiência da subjetividade e suas transformações por meio da objetivação do capital. Assim, propõe-se uma reflexão sobre as transformações da estrutura da sensibilidade resultantes da modernização capitalista, apontando as características básicas deste modo de produção que modificaram as relações sociais e a própria individualidade dos sujeitos. Ao mesmo tempo, destaca-se como essas novas experiências subjetivas ganharam seu conceito científico pela Psicologia. Acredita-se que a Psicologia, nesse sentido, acabou sendo uma resposta a exigência social por uma ciência que versasse e intervisse sobre a realidade subjetiva conforme as novas relações sociais. Ela, no geral, acabou por assumir uma função social bem determinada diante dos antagonismos sociais sob diversos campos de atuação enquanto legitimação e regulação psíquica da ordem vigente, portanto, no papel de ideologia da classe dominante.

Palavras-chave: **ideologia, individualismo, psicologia, psicologização, subjetividade**

Abstract: This work undertakes a bibliographical review and aims to emphasize the emergence of a form of historical individuality unprecedented in capitalism. It makes a discussion about the experience of subjectivity and its transformations through the objectification of capital. Thus, it is proposed a reflection on the transformations of the structure of the sensibility resulting from the capitalist modernization, pointing out the basic characteristics of this mode of production that modified the social relations and the individuality of the subjects themselves. At the same time, it stands out how these new subjective experiences gained their scientific concept through Psychology. It is believed that, in this

sense, Psychology ended up being a response to the social requirement by a science that versed and intervened on the subjective reality according to the new social relations. In general, it ended up assuming a well-defined social function in the face of social antagonisms under various fields of action as legitimation and psychic regulation of the prevailing order, therefore, as the ideology of the ruling class.

Key-words: ideology, individualism, psychology, psychologization, subjectivity

Introdução

O presente texto visa abordar a emergência da noção de interioridade associada à mudança nas formas da sensibilidade afetadas pela reconfiguração social capitalista. Ao mesmo tempo, argumenta-se que as transformações capitalistas deram base para a construção de uma narrativa psicológica, ou seja, a Psicologia é produto de um desenvolvimento social determinado. Assim, enfatiza o processo de reificação das relações sociais, abordando como esse fenômeno é apreendido sob a forma científica da Psicologia e suas implicações ideológicas. Pretende-se indicar como as mudanças socioeconômicas no capitalismo introduziram transformações na sensibilidade humana, consolidando um novo tipo de subjetividade mediada pela forma da propriedade privada.

Afirmar isso antes de tudo significa indicar que essa forma que enquadra o sujeito burguês expressa os limites da subjetividade moderna, sistematizada e ratificada pela Psicologia enquanto disciplina e prática independentes. Pois essa mesma disciplina que se autonomiza com a aspiração de compreender e ajudar as pessoas, em última instância, trai suas pretensões aparentes e realiza essencialmente na prática o ajustamento do sujeito a relações sociais inumanas. Parece, assim, haver uma falha entre a promessa de conhecer integralmente o sujeito na sua concretude e aquilo que a psicologia reproduz efetivamente. Daí que se coloca o problema da aceitação tácita e passiva de um conhecimento parcial, para não dizer fraturado, de uma ciência independente que no geral tem dificuldades de pensar reflexivamente seus próprios limites; porque isso implica pensar contra si mesmo e no mínimo ultrapassar as suas formas atuais, indo além dos próprios pressupostos, assim como se faz necessário também obter uma outra imagem ontológica de homem que seja mais ampla e rica.

Por essas razões urge a produção teórica de novos constructos conceituais que permitem uma apreensão integral da subjetividade. Porém, para uma reflexão propositiva que aponte alternativas é preciso que tal intenção seja antecedida por um momento negativo de crítica radical, onde se faça uma análise das insuficiências, das lacunas, de modo a compreender o solo material da psicologia em suas determinações sociais, bem como seu papel no funcionamento do capitalismo. É para esse conjunto de questões e necessidades que a presente reflexão quer contribuir, valendo-se de tex-

tos cujos autores são oriundos da Psicologia Crítica ou de temáticas afins, pois eles reproduzem uma vertente de crítica marxista da psicologia, afim de poder refratar as contradições e ao mesmo tempo permitir efetivar as potencialidades latentes da mesma¹.

Apresentou-se, nesse sentido, alguns conceitos que dessem conta do movimento de emergência da experiência subjetiva na modernidade capitalista em dois planos: reestruturação da sensibilidade e a expressão ideológica dessas mudanças. A hipótese de fundo consiste em que, na sociabilidade do capitalismo, as estruturas da experiência sensível sofrem transformações que, por sua vez, forcem adequações ideais, gerando outras narrativas e concepções ideológicas. Se há, portanto, uma nova estrutura e dinâmica da subjetividade, passa a existir uma nova assimilação cognitiva acompanhando o movimento da experiência. Resta saber se esse novo registro conceitual e cognitivo é suficiente para apreender a totalidade do complexo da subjetividade.

O artigo se divide em duas partes. Na primeira, há apresentação das características básicas do modo de produção capitalista, tendo em vista como as relações sociais se modificaram ao ponto de estabelecerem um novo tipo de experiência subjetiva marcada por características decisivas. Uma dessas características é o aparecimento da categoria indivíduo como unidade social atomizada, o que Ian Parker (2007) denomina *individualidade isolada*. Assim como a centralidade que assume o indivíduo na sociedade capitalista condiciona o que Macpherson (1964) conceitua de *individualismo possessivo*. Além disso, articula-se a ideia de que existe um psiquismo próprio e inerente ao capitalismo, teorizado enquanto *metapsicologia do capital* por Pavón-Cuéllar (2016); complementa-se, por fim, com a ênfase nos limites da subjetividade burguesa caracterizada pelo conceito de *capacidade restritiva de ação* proposto por Klaus Holzkamp (2016).

Na segunda parte há a discussão sobre a relação da “nova” subjetividade, enquanto reconfiguração das formas da sensibilidade dentro da formação social capitalista. E como a Psicologia, em certo sentido, é uma resposta a exigência social de uma ciência que verse e intervenha sobre a realidade subjetiva conforme as novas relações sociais. Dessa forma, é abordado a ligação entre a noção de interioridade e a Psicologia, e entre esta e o individualismo marcante das relações mercantis. Afirma-se que a despeito de certos avanços científicos da Psicologia como conquista progressista, entende-se que ela, no geral, acabou por assumir uma função social determinada diante dos antagonismos sociais, na medida em que ela explica a totalidade da subjetividade sob princípios psicologizantes e intervêm institucionalmente em diversos campos de atuação como defesa da ordem vigente, portanto, no papel de ideologia da classe dominante.

¹ Para um apanhado geral sobre a Psicologia Crítica ver Teo (2009) e Pavón-Cuéllar (2017) que traz abordagens psicológicas e críticas da psicologia de vertente marxista, em especial na América Latina.

Modo de produção capitalista e subjetividade

Todos, atualmente, de formas diversas, parecem ter a sensação de sentirem seus afetos, emoções, sentimentos, vontades, juízos e ações de maneira única, absolutamente singular e original. Desse modo, temos a impressão de uma profundidade dentro de nós, conectada à sensação de uma experiência de riqueza da “vida interior”, de uma interioridade e intimidade. Apesar de aparecer como condição originária, esta experiência subjetiva é histórica e expressão de determinações sociais.

Conceber a subjetividade enquanto natural e como expressão de liberdade de ser indivíduo singular não é um fato dado, mas resultado de processos que correspondem ao movimento dinâmico da história. O conjunto de características dessas experiências privadas “só se desenvolve, se aprofunda e se difunde amplamente numa sociedade com determinadas características” (Figueiredo e Santi, 1997, p.3)

O processo de constituição de uma experiência de subjetividade e de uma ciência humana particular que se especializa na subjetividade leva um longo tempo e se dá sob condições muito específicas marcadas por processos históricos de ordem social, econômica, política e cultural. Cabe aqui, portanto, delinear algumas características gerais que marcaram a constituição de um novo modo de produção e reprodução social, o capitalismo, que condicionou o aparecimento da categoria indivíduo como unidade social atomizada. Tratar-se-á de como o modo de produção do capital reorganizou a vida social de modo a atomizar os homens constituindo suas experiências subjetivas. Em suma, o desenvolvimento do capitalismo impactou não apenas o modo de reprodução da vida material da sociedade, mas mudou profundamente a maneira como cada pessoa experimenta seu lugar no mundo.

A seguir apresenta-se a constituição deste novo complexo de relações enfatizando as seguintes dimensões: (1) o modo de produção capitalista; (2) as mudanças objetivas e subjetivas provocadas por esse mesmo modo de produção.

Modo de produção capitalista

O modo de produção é a forma de organização socioeconômica responsável pela produção e reprodução das condições materiais da vida humana em sociedade; a maneira pela qual os homens coletivamente se estruturam na posse da riqueza e no trabalho do excedente socialmente produzido e particularmente apropriado, o que resulta na relação entre os produtores diretos e os que exploram seu trabalho² (Bottomore, 1983).

² Para uma leitura mais detalhada sobre a noção de modo de produção e formas sociais ver Lange (1981).

Forças produtivas e relações de produção são as duas dimensões imprescindíveis para a existência social, cuja totalidade de aspectos formam complexos de relações históricas determinadas que fornecem a explicação para a realidade objetiva e material, tanto quanto da realidade subjetiva do “espírito” humano. Esta concepção de sociedade é sintetizada na famosa passagem de Marx (1859, p. 47):

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídico e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Como pode-se observar, um modo de produção corresponde a uma etapa do curso do desenvolvimento histórico das formas sociais, que estão em constante dinâmica e em contradição, cujo desfecho de certos antagonismos levam a revoluções e a superação de um modo de produção por outro. Estas formas sociais têm suas próprias especificidades e de acordo com Marx (1859), cada uma delas produziram um ser social particular, e, por conseguinte, uma consciência também própria do tempo histórico.

Profundas transformações se deram na Europa quando da nascente Revolução Industrial. Grandes deslocamentos populacionais foram produzidos em função da ida dos expropriados de suas terras para a cidade, engrossando as fileiras da indústria urbana e formando uma oferta necessária de um proletariado formalmente livre. Este fenômeno ficou conhecido como acumulação “primitiva”, antecedente ao modo de produção capitalista e que foi seu ponto de partida. Como ressalta Marx (1867, p.786): “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e o meio de produção”. Dessa forma, o modo de produção capitalista é constituído essencialmente pelo aspecto da separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios da realização do trabalho.

Fragmentação do trabalho e racionalidade técnica

A separação do trabalhador dos meios de produção e a subordinação dele à relação de assalariamento possibilitou o advento de outro aspecto inova-

dor do sistema capitalista de produção que foi a divisão manufatureira do trabalho. A fragmentação das tarefas reduziu os custos de produção e facilitou ao capital atender suas necessidades de acumulação e ampliação. A fragmentação implicou o parcelamento dos processos envolvidos na produção em várias operações e etapas executadas, cada uma, por um trabalhador diferente (Yamamoto, 1987).

Especialização e a fragmentação do trabalho, portanto, foram dois componentes cruciais para o que Lukács (1923) chamou de reificação da consciência. Veremos como é descrito esse fenômeno.

O comportamento individual do trabalhador se reduz a uma operação mecânica que segue a contabilização daquilo que deve acontecer segundo leis deduzidas cientificamente. A ação do trabalho humano se subordina a uma norma que lhe é heterônoma. Em comparação, a ação habitual das práticas sociais também segue a dinâmica da mecanização operária com sua causalidade fechada, tal como um autômato. Com isso, algumas faculdades mentais acabam por se desprender do conjunto da personalidade ao se objetivarem como coisa e mercadoria, voltando-se contra a própria autonomia criativa da subjetividade (Lukács, 1923).

É como coisa estranhada que se exterioriza o complexo subjetivo da atividade transformadora do trabalho. O caráter processual e histórico dos objetos e do sujeito, por assim dizer, desaparece do campo fenomênico e a aparência da nova imagem de mundo torna-se rígida como uma substância petrificada. A forma da sociabilidade passa a ser a forma da relação entre coisas, o que determina a orientação do pensar e do agir, bem como da atitude de valoração. É nesse preciso sentido “que a divisão do trabalho penetrou na ‘ética’ – tal como, no taylorismo, penetrou no ‘psíquico’... isto é, o reforço da estrutura reificada da consciência como categoria fundamental para toda a sociedade” (Lukács, 1923, p. 221).

Nessa nova atmosfera social, da relação mercantil, se fez a estrutura reificada da consciência, na qual propriedades físicas e psíquicas se desprendem da unidade orgânica da pessoa para se ligar a uma “objetivação fantasmática”.

A expressão dessa estrutura reificada da consciência não atinge apenas a forma subjetiva do trabalhador assalariado. A reificação se repete na classe dominante e em diversos complexos sociais. Aquilo que surge como alteração nos modos de percepção e funcionamento cognitivo ganha sua elaboração sistemática na teoria. “A filosofia crítica moderna nasceu da estrutura reificada da consciência”, afirma categoricamente Lukács (1923, p. 240)³

³ Lukács (1923) se refere ao criticismo kantiano, bem como suas consequências para a teoria do conhecimento e o desenvolvimento das ciências.

Para que todas essas mudanças na organização dos processos produtivos se efetivassem foi necessário o disciplinamento do trabalho. O tempo cotidiano do trabalhador precisou se adaptar ao tempo dispendido na produção e as horas diárias da maioria das pessoas se fragmentavam, reguladas, a partir de então, pelo cálculo do tempo a ser gasto com outras necessidades básicas.

O tempo perde seu aspecto qualitativo ao ser capturado numa rede de controle regulatório. Sua qualidade transformativa dá lugar à mensuração; passa a ser vivido quantitativamente e puramente na dimensão abstrata e fixado num espaço de realização do trabalho fragmentado. Nesse ambiente, o trabalho fragmentado e mecânico é “transformado em realidade cotidiana durável e intransponível, de modo que, nesse caso, a personalidade torna-se o espectador impotente de tudo o que ocorre com sua própria existência, parcela isolada e integrada a um sistema estranho” (Lukács, 1923, p. 205)

O trabalho humano, enquanto auto-atividade composta por capacidades criativas, é subtraído por forças e finalidades estranhas aos sujeitos que transferem para a propriedade privada aquilo que era até então parte dos indivíduos. Estes já não se reconhecem mais nas forças produtivas que pertencem a uma propriedade privada (Yamamoto, 1987; Lukács, 1923).

Aquilo que funda a sociabilidade, o trabalho, perde sua dimensão essencial de intercâmbio orgânico com a natureza. Reduzido a trabalho abstrato⁴, o indivíduo torna-se também abstrato, com habilidades restritas e parciais limitando suas capacidades. As cisões objetivas no mundo do trabalho organizam o espaço social de modo fragmentado, clivando o sujeito. O homem passa a ser, pois, subdividido e dominado por uma propriedade exterior que lhe é estranha e antagônica (Yamamoto, 1987).

Individualidade isolada e individualismo possessivo

As forças sociais estranhas operam no “interior” de nós mesmos e são experimentadas como se fôssemos habitados por impulsos e sensações que não conhecemos. Essa experiência do “interior” habitado por forças estranhas compõe a substância subjetiva alienada, pois é produzida em uma sociedade baseada na exploração e alienação. De acordo com Ian Parker (2007, p. 13), essa mesma sociedade conduz e fomenta a experiência indi-

⁴ O trabalho em sua generalidade tem um duplo caráter. Todo ato de trabalho é produtivo e visa a um fim determinado e dessa forma é trabalho útil e concreto, independente da sociedade e do tempo histórico ele é uma atividade imprescindível de transformação da natureza para reprodução biológica da vida. Por outro lado, todo trabalho pode ser separado de suas características específicas e destinado a ser puro dispêndio de força de trabalho e a produzir apenas valor de troca. A esse caráter se denomina trabalho abstrato (Bottomore, 1983).

vidual, além de conceber essa experiência como algo “psicológico”, “como algo que opera como se estivesse dentro de cada pessoa. Seja visto como um processo mental ou emocional, ele opera como algo que, simultaneamente, é uma propriedade particular do indivíduo e como algo que não pode ser compreendido por ele”.

Conforme decorriam as transformações da sociedade moderna (Família, Estado), iam sendo reformuladas as relações interpessoais e a dinâmica afetiva do sujeito. Na sociedade urbana e comercial que se estabelecia exigia-se mais interdependência econômica entre as pessoas, maior previsibilidade, autocontrole, cálculo racional e abrandamento dos impulsos. No geral, isso significou uma compressão da afetividade na restrição de um espaço íntimo e privado para a experiência pessoal amplamente intensificada e mais complexa. (Elias, 1990).

Eis que mudanças sociais desse porte só são possíveis com modificações de comportamentos e hábitos culturais de implicação para funções cognitivas, afetivas e subjetivas de modo geral. Como indica Elias (1990, p. 227):

E na mesma proporção que mudam o comportamento e a estrutura da personalidade do indivíduo, muda também sua maneira de encarar os demais. A imagem que ele forma dos outros torna-se mais rica em nuances, mais isenta de emoções espontâneas - ela é, numa palavra, “psicologizada”.

Neste contexto, a racionalização levada a cabo pela modernidade também engendrou uma certa “psicologização” e, neste caso, o “psicológico” passara a funcionar como recurso místico da nova religião do individualismo⁵. Assim, o “psicológico” opera como designação da sensação subjetiva que se modela pela forma da propriedade privada.

As nossas características reflexivas e ideativas de apreender e transformar a realidade, conduzindo a condutas cada vez mais mediadas e complexas, são funções resultantes de um longo processo da experiência do desenvolvimento social. Identificar esses atributos mais subjetivos como algo “psicológico” seria, segundo Parker (2007), incorrer em um enorme engano ideológico: compreender a natureza humana como sinônimo de uma individualidade isolada⁶.

⁵ Expressão que remonta a crítica de Politzer (1928) ao caráter ideológico da psicologia.

⁶ Comumente confunde-se natureza biológica, regida por leis de causalidade necessárias, e disposições comportamentais e morais do homem. Ambas, em geral são tomados como imutáveis. Nesse sentido, é importante recorrer à diferença, utilizada por Parker (2007), de primeira e segunda natureza. A primeira refere-se à base biológico/orgânica da qual nós não podemos escapar de suas determinações vitais. A segunda natureza (não redutível ao puramente psicológico) é o conjunto de transformações sociais adquiridas no desenvolvimento histórico do gênero humano, isto é, a síntese dos atributos, capacidades e necessidades construídas ao longo do tempo; o conjunto das relações humanas que se sedimentou a história acumulada, a qual vem à tona, aparentemente, como natureza inata.

A consolidação da propriedade privada que passa a mediar as relações sociais, implicou no desdobramento da noção de que os processos psíquicos são “possuídos” por cada pessoa. Assim, um aspecto da subjetividade é experimentado e compreendido como posse. Numa sociedade que organiza os seres como indivíduos em competição entre si, a própria atividade aparece ser um fenômeno oriundo de atributos e capacidades, restritas ao indivíduo tomado como uma espécie de “mônada solipsista”⁷.

A partir do momento em que o indivíduo é celebrado como suprema forma do ser social,

a criatividade só poderia florescer dentro da nova gaiola do ‘eu’ (self). As pessoas foram, então, em cada momento de sua atividade, separadas, colocadas contra seus rivais e convenceram-se cada vez mais, de que seus planos de crescimento eram sua própria propriedade privada (Parker, 2007 p. 20).

Com grande parcela da população forçada a vender livremente sua força de trabalho a um proprietário dos meios de produção, a vida do trabalhador assalariado se tornou subjugada a um poder superior e seu destino passou a depender de sua luta cotidiana competindo com outros para garantir meios de subsistência. Cada um por si, lançado em sua própria sorte, deveria enfrentar as condições de desigualdade socioeconômica. Uns com muita riqueza e renda, outros apenas possuindo sua própria força de trabalho. Trata-se de uma nova estratificação na nova sociedade.

Contudo, na sociedade capitalista passa a existir um interesse em explicar, com base em fundamentos da natureza humana, a razão que motiva a competição, concorrência, desigualdade e submissão entre as pessoas. Segundo Andery (1988), o conceito de *natureza humana* ganha importância neste período ao supor a existência de atributos que são comuns a todos os seres humanos.

A despeito de que a ideia de comum esteja implícita no conceito de natureza humana, esta é enfatizada em seu aspecto individualista. Pois a forma de existência do ser numa sociedade mediada pela troca da mercadoria capitalista tem no indivíduo sua expressão máxima. Qualquer relação social incita o atravessamento da posse – esta é o pressuposto do *individualismo possessivo*. Macpherson (1964) assinala como uma forma de indivíduo necessariamente proprietário de algo é a condição básica da teoria política. Analisando as teorias de Hobbes até Locke, o autor nota que nelas a existência humana só tem valor na medida em que o ser adquirisse posse. Desse modo, o “eu” assume o estatuto de ente privado; uma propriedade autoreferente.

⁷ Expressão que indica o caráter filosófico de que não existe nada além de nossas experiências e o que o indivíduo é um mundo fechado em si mesmo.

O mercado enquanto instituição central na vida cotidiana moderna passa a regular as relações sociais quase em toda sua abrangência. Dessa forma, não só a economia funciona com base na mercadoria, mas também as atividades básicas da reprodução social, como o trabalho, ganham uma nova forma que pode ser vendida, tem um preço e também pode ser descartada. As decisões individuais sobre alocação de recursos, energias e empreendimentos passam a ter como critério normativo as implicações de mercado. Os atributos mais particulares, como as energias pessoais, assumem a forma de posse e, portanto, podem ser mercadorias. Na relação intercambiável entre os indivíduos na busca por garantir seus meios de reprodução da vida, todos se relacionam fundamentalmente entre si como possuidores de propriedades negociáveis, e nisto estão seus próprios poderes (Macpherson, 1964).

Como a autoatividade humana não implica obviamente apenas força física, mas também mobilização de capacidades psíquicas, conseqüentemente os aspectos subjetivos envolvidos nas relações sociais de mercado se tornam uma propriedade. Em consonância com o que afirma Parker (2007), já supracitado, o “psicológico” opera como uma propriedade particular do indivíduo, localizado dentro e de posse da pessoa.

Os homens, assim entendidos, têm o direito intocável de preservar sua propriedade, sendo esta vista como propriedade que as pessoas têm de si mesmas e de suas riquezas. Assim, o indivíduo proprietário natural de sua própria pessoa independe da vontade geral da sociedade. Essa liberdade está em perfeita consonância com a sociedade de mercado. Por meio do imperativo da mercadoria, todos os valores morais transformam-se em valores de mercado (Macpherson, 1964).

A verdadeira liberdade passa pelo exercício da propriedade da própria pessoa e é essa a condição necessária para ser fazer homem, tendo, pois, a livre iniciativa de se fazer o que bem entender com essa posse, cujo o nome é indivíduo. A posse na concepção do direito natural da propriedade funciona como característica mediadora na relação orgânica e constitutiva do homem com a natureza ao seu redor e consigo mesmo. Seria o caso de retornar uma passagem de Locke a respeito da relação entre posse e pessoa: “Embora a Terra e todas as criaturas inferiores sejam comum a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A esta ninguém tem o direito algum além dele mesmo”. (Locke, 1998, p. 407). Fica claro que, antes mesmo do homem se apropriar, pelo esforço do trabalho, da natureza, ele já possui em si mesmo o fundamento da propriedade contido na sua própria pessoa. Portanto, a noção de pessoa vinculada ao nascente liberalismo já é, em si, uma posse.

Com isso, nota-se que o individualismo possessivo foi resultante da consolidação de uma estrutura social que tem na posse o núcleo central das formas de vida e de compreensão de si do homem. A circulação no mercado de propriedades privadas se torna a principal forma de reprodu-

ção da sociedade e, de modo mais elementar, a relação intersubjetiva é atravessada pela troca de entes privados.

Nos parágrafos anteriores foi dito que o desenvolvimento da experiência subjetiva na modernidade teve como características importantes, dentre outras não abordadas, o isolamento do indivíduo e a intensificação do individualismo indissociável à propriedade. A emergência dessa experiência subjetiva está assentada basicamente nas noções abstratas de indivíduo e propriedade privada, traço marcante da ideologia burguesa. A intensificação do individualismo na sociedade burguesa se expressou na autonomização cada vez maior da subjetividade. Autonomização nesse sentido aponta para o isolamento da subjetividade constituída a partir de configurações psíquicas inerentes ao sistema capitalista, que passa a ser não apenas uma forma socioeconômica, mas sobretudo uma determinada forma de psiquismo, e que tem como mudança decisiva a subtração da autodeterminação do sujeito, de modo a restringir sua capacidade de ação.

Metapsicologia do capital e capacidade de ação

Como pode parecer à primeira vista, o capitalismo não é objetivamente apenas uma ordem econômica na qual predomina a lógica do capital que produz riqueza, ou mesmo a interação de agentes econômicos que buscam a valorização ampliada do valor por meio do intercâmbio de mercadorias, mediado pela livre iniciativa e concorrência.

O capital é bem mais do que isso e consiste nas relações sociais que produzem riqueza, distribui e a reproduz socialmente, com base na exploração do trabalho vivo, de modo a destruí-la, em última análise. Ao mesmo tempo que se gera riqueza também se produz miséria, produz-se necessidades e estabelece meios de exercício da dominação e do poder de classes sociais sobre outras. Desse modo, o capital é uma forma determinada de relação entre os homens, um estilo de vida e concepção de mundo, também é “ uma realidade social, uma opção política, um horizonte histórico, um modelo cultural, uma matriz ideológica e um sistema simbólico” (Pavón-Cuéllar, 2016, p. 141).

Certamente todo esse conjunto de aspectos mobiliza necessariamente elementos psíquicos, disposições de conduta, estados de humor, ou seja, uma economia emocional e /ou mental adequada ao funcionamento do sistema social regulado por relações capitalistas. Por isso, a estrutura e dinâmica social do capital não prescinde de uma rede complexa de representações, expectativas, medos, volições, atitudes, comportamentos, interações, construção da identidade e configurações de personalidades (Pavón-Cuéllar, 2016).

O corpo social capitalista não poderia funcionar sem uma personificação através de uma dada forma de consciência, de vontade ou mesmo de ambição e interesses. Nesse sentido, na crítica da economia política de

Marx é possível encontrar pegadas de uma metapsicologia do capital entendida como totalidade de relações sociais. O fenômeno psicológico em si no capitalismo seria, em tal perspectiva, a dimensão superficial ou aparente do plano mais fundamental dos processos constitutivos/metapsicológicos, pois os mesmos seriam os princípios explicativos do que se percebe como psíquico dentro desse sistema. Em outras palavras, a emergência da experiência subjetiva, nesses marcos sociais, sob a forma privada da psicologia é a manifestação particular da metapsicologia do capital em sua generalidade (Pavón-Cuéllar, 2016).

O conjunto de relações que compõem a estrutura econômico política estão para além do psicológico, muito embora o constitui e o explica, necessitando dele para se expressar efetivamente; assim o psíquico é a mediação particular por meio da qual manifesta-se a realização do espírito capitalista. Pode-se afirmar, então, que os objetos de estudo nos cursos de psicologia têm nos seus fundamentos última explicação a partir da economia, da história, da antropologia etc. Tal seria essa a recomendação da crítica marxista, pois a partir dela possibilita-se atravessar a superfície psicológica, de modo a clarear o fundo concreto de determinações metapsíquicas (Pavón-Cuéllar, 2016).

Uma crítica ontológica da subjetividade, portanto, requer explodir os limites da forma psicológica, dissolvendo-a numa concepção ampla sobre a experiência real e possível do sujeito. Pois se quisermos precisamente apreender o conjunto de causalidades da experiência íntima e objetiva do ser social é preciso superar o psicológico de tal forma a articular conceitualmente a complexa fábrica metapsicológica, cujas engrenagens é que produzem a intersubjetividade e interdependência entre os indivíduos; é essa esfera que condiciona os limites e possibilidades de autorealização individual do gênero humano.

Obstáculos e potencialidades, como mencionados acima, são aspectos centrais para analisar a experiência burguesa na sua dimensão subjetiva. Tendo em vista nossa insistência em caracterizar as mudanças na subjetividade pela realidade do isolamento, da possessão e do privado, fica pressuposto que há em comum nessa nova experiência a negatividade da limitação, ou da regressão, daquilo que é substancial no sujeito: a atividade de autoprodução e transformação. A questão decisiva aqui passa a ser as barreiras impostas pela metapsicologia do capital à individualidade, cuja consequência nociva fundamentalmente é o impedimento do desenvolvimento do ser em sua potencialidade, da obstrução da sua capacidade de efetivar possibilidades latentes, assim como do bloqueio da atividade e autorealização plena.

Seria o caso de recorrermos à Psicologia Crítica fundada por Holzkamp (2016) que traz como categoria central de sua proposta teórica a categoria da capacidade de ação, isto é, a capacidade de dispor das próprias condições de vida socialmente determinadas. Assim, a possibilidade

de ação do sujeito sempre dependerá das forças veiculadas pelo conjunto de relações que o cercam, as quais podem representar limitações sociais da ação. Para o autor, existem duas possibilidades no horizonte do indivíduo: de um lado, ele pode encarar a sua situação concreta de forma restritiva, de modo a se subordinar apenas às alternativas que já estão dadas, pensando e agindo conforme a fatalidade da condição imediata; de outro lado, ele pode, somando forças com outrem, ampliar essas possibilidades rumo a uma capacidade generalizada de ação.

Ao jogar luz na ontologia do sujeito, fica claro que o caráter subjetivo (o sentido existencial, o colorido afetivo) das próprias possibilidades de ação é o que demarca a diferenciação de uma experiência plena de autor-realização de uma outra contrária que é a experiência de sofrimento psíquico.

Em última instância, estamos nos referindo ao alcance de liberdade que pode ser efetivada pelo sujeito na sua atividade. Na qualidade da sociabilidade do capital, o sujeito perde a amplitude transformativa e está preso aos limites do psiquismo que experimenta a capacidade restritiva de ação. O funcionamento psíquico da sociedade burguesa passa fundamentalmente por uma normatividade que reduz as possibilidades dos indivíduos à mera produção e reprodução dos meios materiais de vida. Fato que nos obriga a olhar para as condições sociais e estruturais da angústia, advinda das contradições dessa nova lei da sobrevivência.

Nessa perspectiva crítica, ao contrário da psicologia burguesa que busca resolver os problemas psíquicos somente na esfera psíquica, os problemas psicológicos são a expressão “codificada” desse indivíduo isolado e submerso em conflitos e restrições reais. Significa dizer também que basicamente o psiquismo pode ser visto como um reflexo subjetivo e singularizado, das relações concretas que vive o indivíduo, um reflexo que geralmente é incompreendido Holzkamp (2016).

Daí que emerge o desafio de ir além das concepções de que o psiquismo é uma realidade privada, interna e circunscrita pela forma individual. Na raiz do problema, o psíquico tem relação com o domínio do sujeito sobre suas próprias condições de ser no mundo, ou como afirma Holzkamp (2016, p. 71), o psiquismo é:

a face subjetiva do tipo e grau de controle do indivíduo sobre suas condições objetivas de vida. Sua situação subjetiva, o ‘estado’ em que se encontra, é a qualidade da experiência de sua capacidade de ação, ou da limitação desta capacidade. Isto significa que não se pode transformar a situação psíquica subjetiva apenas através do psiquismo: uma verdadeira melhora da sua qualidade subjetiva é idêntica à ampliação do seu controle sobre as condições objetivas e vida; e, conseqüentemente, idêntica à amplitude de sua aliança, sua possibilidade de associação com outros indivíduos.

Nesse caso, a individualidade isolada, para utilizarmos os termos de Parker (2007), fica abandonada à sua própria sorte diante das condições objetivas da existência. Resta apenas ao sujeito dar respostas às alternativas aleatórias de modo reativo, ao invés de poder direcionar conscientemente não só o rumo e o desenvolvimento da sua forma de vida, mas sobretudo da sua personalidade. O indivíduo fica restringido tão somente a determinar de modo secundário suas próprias condições de vida (Holzkamp, 2016).

O desamparo provocado pela modernização capitalista deixou o ser humano sem uma proteção ontológica, a qual lança-o frente aos fatos contingentes do momento e/ou da imediatez, gerando uma incapacidade de participar do domínio coletivo de suas condições de vida. Essa nova experiência de mundo, acompanhada por sua reconfiguração psíquica, representa um estado subjetivo que poderia muito bem ser comparado à noção de angustia ou mal-estar difuso (Holzkamp, 2016).

A emergência desse novo estado sensível, derivado de um deslocamento existencial, é corroborado pela sua assimilação ideal/cognitiva. Decorre que a partir daí a razão psicológica da burguesia naturaliza determinado âmbito da realidade social, tal como as relações de dominação e exploração, e a expressa inarticulada e sistematicamente como forma transcendental da vida humana. A psicologia como saber científico e prática, portanto, passa a cumprir uma função social de legitimação da nova experiência subjetiva.

Ideologia e psicologização

A modernização capitalista representou não só um aumento da complexidade subjetiva em torno da intensificação do individualismo, mas também produziu uma redução do espectro da razão em sua capacidade de apreensão da realidade. Foi isso que significou, no fundo, a teoria do conhecimento enraizada na interioridade do sujeito. Contudo, essas mudanças não podem ser atribuídas simplesmente a uma sucessão de eventos históricos destituídos de uma causalidade mais ampla.

Ao longo da consolidação do capitalismo, a classe média burguesa foi a responsável pelos avanços na transformação das forças produtivas e das relações de produção, tendo impactado sobremaneira a vida cotidiana, tanto quanto, das formas de conhecimento daquela realidade.

Nesse sentido, a burguesia, enquanto classe revolucionária, deixou um legado progressista ao se considerar as conquistas do ponto de vista da prosperidade material, defesa dos valores da liberdade e igualdade, do humanismo etc. A ampliação do conhecimento da totalidade da natureza e da realidade social fez parte do compromisso da burguesia quando ela ainda se consolidava como classe dominante.

No entanto, Lukács (1968) utiliza a categoria de *decadência ideológica* para designar o momento, segunda metade do século XIX, em que a razão burguesa e a produção do conhecimento perdem seu compromisso com a busca de compreensão do real em sua totalidade para transformá-lo. Desliga-se, assim, dos processos revolucionários, uma vez que a burguesia não é mais capaz de levar a cabo, por meio do capitalismo, as promessas de emancipação humana e social, efetivando a liberdade e igualdade. É no contexto de 1830 a 1848, que os principais países capitalistas apresentam revoltas do proletariado urbano em massa. As ideias e os movimentos socialistas ganham expressão na tentativa de ampliar o poder político da classe trabalhadora. Diante disso, a resposta da burguesia é passar de classe progressista a uma classe reacionária, cuja finalidade se restringe a proteger e justificar seus privilégios, frear os ideais humanistas e manter a ordem vigente.

Essa transição histórica, reverbera substancialmente na esfera política, na vida cotidiana, na estética e, sobretudo, no âmbito do conhecimento.

Até o momento que a burguesia tinha seu caráter revolucionário, a ciência e a filosofia se juntavam na tarefa de gerar uma compreensão de mundo ontológica e consistente, como pôde-se observar em algumas manifestações do iluminismo, no pensamento de Hegel e também na economia política clássica. Entretanto, com a decadência ideológica, o conhecimento de mundo é debilitado; a filosofia torna-se majoritariamente teoria do conhecimento e a ciência fragmenta-se em disciplinas compartimentalizadas⁸. Isso se explica em função do estreitamento do horizonte de intenções sobre o qual a ciência passara a se subordinar. O saber, portanto, perde sua autonomia em relação aos interesses de classe e passa a fundamentar uma apologia da realidade imediata e particular da burguesia, enquanto classe dirigente (Lukács, 1968).

Apesar de se manifestar na própria fragmentação do conhecimento e em diversas teorias filosóficas e científicas, a decadência ideológica apresenta alguns traços gerais e comuns, a saber: 1) a *evasão da realidade*, expressa na tendência à mistificação ao desviar dos problemas concretos da realidade objetiva, seja por meio da crítica romântica e niilista da reali-

⁸ De acordo com Lukács (1968), a decadência da ideologia burguesa infligiu nas ciências sociais modernas uma cisão, na qual elas não podem mais se relacionar entre si, uma não serve mais para a compreensão de outra. Ele cita como exemplo a autonomização da sociologia, que pretende estudar as leis e a história do fenômeno social separando-as da economia política. Quando aparece a economia política marxista enfatizando a luta de classes como base da teoria do valor trabalho, surge a sociologia como ciência autônoma para prescindir da economia e evitar tais conclusões políticas. Com efeito, quanto mais ela elaborou seu método, mais ela se tornou formalista e abstrata. Expressão disso, diga-se de passagem, foi Max Weber, seguidor do neokantismo e que empreendeu epistemologicamente essa separação e isolamento metodológicos.

dade com sua rejeição sumária, ou seja, como uma legitimação direta da ordem estabelecida. 2) *ausência de problemas substancialmente novos*, traço que insiste em negligenciar questões, contradições e impasses da realidade que fujam do escopo de intervenção pragmática na sociabilidade do capitalismo. 3) *Aceitação e reprodução das deformações produzidas pela divisão social do trabalho*, que é a posição da ideologia decadente em não interrogar as implicações da divisão social do trabalho, tal como as distorções na dicotomia entre teoria e prática e a transformação do relativo em absoluto, do particular em universal (Lukács, 1968).

É importante insistir neste ponto, pois a decadência ideológica parece ser uma categoria decisiva para fornecer um quadro geral em que mostra a articulação entre o individualismo da vida cotidiana no plano da sensibilidade e a presença do individualismo na epistemologia. Além disso, permite sinalizar a origem da diversidade de disciplinas científicas e formulações teóricas tão discrepantes entre si, pertenceram a um solo social e histórico comum. Nesse sentido, a emergência da psicologia experimental e científica se insere em meio a esse conjunto de circunstâncias sociais, econômicas e históricas que aqui foi superficialmente delineado.

Notadamente, essa demarcação histórica leva a crer que a gênese e o desenvolvimento da psicologia científica foram marcados pela legitimação da reprodução social capitalista, apesar de sua vasta diversidade teórica e prática posteriormente estabelecida⁹. O que aqui nos interessa é ressaltar que a psicologia científica cumprira o papel de formalizar conceitualmente as mudanças subjetivas da nova individualidade histórica e que ela se tornou ao mesmo tempo efeito e causa dos processos de racionalização e interiorização da intimidade. Daí que um senso psicológico difundido socialmente favorece o surgimento de uma disciplina especializada e esta, por sua vez, enraizada na vida cotidiana, tende a reforçar o psicológico.

Sem a intensa individualização da vasta e genérica experiência humana provocada pela nova formação social capitalista não seria possível a existência de uma disciplina científica como a psicologia. Tal existência só se tornou viável porque a psicologia expressava a imagem ideológica de homem experimentada no cotidiano. A existência social concreta e seus

⁹ Dada a limitação deste trabalho fica inviável uma discussão mais detalhada sobre o complicado processo de surgimento e desenvolvimento da Psicologia. Por isso não se trata aqui de desenvolver esse ponto, apenas cabe fazer referência a críticas que foram feitas em outros trabalhos. Sobre a relação da psicologia de Wundt e a apologética da ordem vigente, o trabalho de Danziger (1994) oferece uma discussão, ainda que em outros termos, pormenorizada; Sève (1969) desenvolve uma reflexão marxista sobre as teorias da personalidade; Jacoby (1977) criticou a psicologia humanista e o revisionismo da psicanálise; Parker (2007) realizou a crítica de várias teorias psicológicas sob ângulo de diversas áreas como psicologia social, psicologia da saúde, psicopatologia etc. No Brasil, Yamamoto (1987) fez a crítica da psicologia do trabalho, da saúde e da educação; Lacerda Jr. (2010) desenvolve melhor a tese da crítica à apologética do capital pela psicologia por meio da análise da decadência ideológica.

resultados estranhados, eram por assim dizer, psicologizados na medida em que os processos mentais foram filtrados e redefinidos pelas categorias psicológicas e vendidos para a sociedade sob a roupagem da prática científica. A psicologia, portanto, cria para si um nicho como ciência do indivíduo; passa ao monopólio do saber e da técnica sobre a experiência subjetiva do homem. Isto produz efeitos significativos tais como os que descreve Parker (2007, p.124):

Definir estas atividades [a interpretação de transformação do mundo por seres sociais] como “psicologia” é cometer um sério erro conceitual, um erro ideológico sobre o que a natureza humana realmente é. Não existe uma “psicologia” enquanto tal que explicará o que nós fazemos; o comportamento abstrato e o processamento mental individual que são estudados pelos psicólogos são uma ficção, ficção científica, mas que é vivida por aqueles que são alienados dos outros e deles mesmos. A redução e distorção da atividade social humana ocorrem hoje por meio da psicologização e esta é realizada por acadêmicos e profissionais, que, por exemplo, tomam pesquisas da biologia e representam para nós como se elas revelassem algo de nossa psicologia que está profundamente escondido dentro de nós (Parker, 2007, p. 44).

Junto com a psicologização de problemas da vida em sociedade capitalista – a crescente tendência das pessoas em culpar a si mesmas por problemas sociais e por tentar encontrar soluções pessoais para a injustiça econômica – a metodologia da psicologia como disciplina reforçou a ideia errônea de que apenas o que pode ser diretamente observado e medido é que conta. A opção pela evidência em tratamento aperta os cintos do controle social e fecha espaços para aqueles que querem encontrar novos meios de viver e de ser.

A psicologia se encontra fincada na estrutura material do mundo. Nesse sentido, o complexo científico da psicologia se insere, como mediação ideológica, no interior da relação economia-política-pessoa. Ela reivindica para si o poder de regulação dos infortúnios ou conflitos, desde os mais genéricos até aqueles que dizem respeito a uma certa classe social, que aparecem na sociedade, por meio da clínica terapêutica, ou da intervenção institucional no trabalho e na escola, por exemplo. É assim que a Psicologia vai para a organização do trabalho recrutar, selecionar, e domesticar, ou, vai até a escola aplicar testes de inteligência e segregar.

Lembremos também da psicoterapia, atividade mais clássica, e sua razão de ser na medida em que surge uma dúvida essencial: como pode haver uma condição em que a pessoa, ela mesma a que melhor sabe de si e mais sente a própria experiência, necessitar de uma outra, no caso “especialista”, para obter uma suposta resposta sobre o que está acontecendo com ela? É um fenômeno minimamente estranho e indício de algo profundamente errado com as relações interpessoais, uma vez que o indivíduo é

retirado do campo real e corrigido abstratamente por meio de uma relação artificial¹⁰.

Dada a cultura psicológica, tende-se a imaginar coletivamente a vida subjetiva como algo frágil e que exige cuidado especial. Quaisquer traços identificados de tristeza ou angústia e mesmo de tensões intersubjetivas são tomados como manifestações de uma natureza individual ou mesmo de caráter; relegados ao patológico devem ser debelados. Sendo assim, não há margem para que os sofrimentos de ordem subjetiva, no mínimo, indiquem um mal-estar social objetivo, possibilitando outras compreensões e alternativas.

Para Parker (2007), a psicologização torna-se parte integrada da vida cotidiana sob o capitalismo, convertendo a subjetividade em psicologia. Reduzir a amplitude da subjetividade enquanto complexo intrínseco na objetividade da vida social à psicologia seria enquadrar uma totalidade abrangente e complexa do mundo dos homens numa elaboração puramente ideal que reflete uma apreensão apenas parcial e as vezes falsificada de um momento específico do desenvolvimento do ser social.

Para complementar esse raciocínio reportamos a Politzer (1928), quem oferece a seguinte descrição sobre o projeto de ciência moderna e suas correlações ideológicas da ideia de subjetividade e o sentido de vida interior:

A vida interior no sentido “fenomenista” da palavra, afinal conseguiu torna-se um valor. A ideologia da burguesia não teria sido completa se não tivesse encontrado sua mística. Após várias tentativas ela parece enfim, tê-la encontrada: na vida interior da psicologia. A vida interior convém perfeitamente a esse destino. Sua essência é a mesma de nossa civilização, a saber, a abstração: só implica a vida em geral e o homem em geral e os “sábios” atuais são felizes por herdar esta concepção aristocrática do homem com um maço de problemas de alto luxo (Politzer, 1928, p. 9).

A psicologia clássica, conforme o raciocínio de Politzer, assumiria o papel de nova religião moderna da vida interior que guardava potenciais conservadores na medida em que serviria como defesa contra as renovações verdadeiras. A suposta profundidade da subjetividade comoveria e sensibilizaria como um eterno pretexto para ignorar a verdade por meio do subterfúgio de uma ficção mística. A função ideológica, portanto, seria o desvio do foco de análise, naturalizando as profundezas subjetivas ao concebê-las como *a priori*.

Por fim, é oportuno recorrer aos “Manuscritos econômicos filosóficos”, de 1844, no qual se encontra toda uma elaboração a respeito do indivíduo concreto em meio a práxis transformadora, revela-se a essência humana (o conjunto de determinações fundantes do ser homem) enquanto autoativi-

¹⁰ A terapia individual opera dentro dos marcos das restrições. Por isso passa a ser uma prática impossível no sentido que falha no seu propósito, pois ela só pode ter êxito numa sociedade que não necessite dela (Žižek, 1994).

dade do ser social. Nessa obra, Marx identificava uma psicologia especulativa com relação à essência do homem. Nesse sentido, vale citar a passagem, ainda que longa, dos manuscritos:

Vê-se como a história da *indústria* e a existência *objetiva* da indústria conforme veio a ser são o livro *aberto* das *forças essenciais humanas*, a *psicologia* humana presente sensivelmente, a qual não foi, até agora, apreendida em sua conexão com a *essência* do homem, mas sempre apenas numa relação externa de utilidade, porque – movendo-se no interior do estranhamento – só sabia apreender enquanto efetividade das forças essenciais humanas e enquanto *atos genéricos humanos* a existência universal do homem, a religião, ou a história na sua essência universal-abstrata, enquanto política, arte, literatura etc. Na *indústria material, comum* [...] temos diante de nós as *forças sociais objetivadas* do homem sob a forma de *objetos sensíveis, estranhos, uteis* sob a forma do estranhamento. Uma *psicologia*, para qual este livro, portanto precisamente a parte mais presente e perceptível de modo sensível, a parte mais acessível da história, está fechado, não pode[ndo] se tornar uma ciência real, plena de conteúdo efetivo. O que se deve pensar, em geral, de uma ciência que abstrai *solenemente* desta grande parte do trabalho humano e não sente em si mesma a sua incompletude, enquanto a riqueza do fazer humano assim expandida nada lhe diz se não, talvez, o que se pode dizer numa palavra: “carência”, “carência comum!”? (Marx, 1982, p. 111).

Uma Psicologia que se pretende legítima conhecedora das forças subjetivas do homem em hipótese alguma poderia abrir mão ou abstrair o desenvolvimento histórico do indivíduo forjado em meio à história material ou da evolução das forças produtivas. Essa dura observação de Marx chama a atenção para os aspectos essenciais do caráter genérico e universal que escapam à apreensão da subjetividade pela Psicologia, que se limita a identificar apenas os aspectos funcionais e intelectivos ligados à prática utilitária da atividade humana. A verdadeira apreensão da amplitude da subjetividade exige a ultrapassagem dos limites do entendimento de uma ciência pobre em conteúdo. Restrito somente no indivíduo abstrato, no interior do fenômeno coisificado, o entendimento psicológico não pode captar o processo de objetivações históricas da riqueza subjetiva condensada no gênero humano.

Considerações finais

Em suma, esta discussão se serviu de uma revisão de literatura para enfatizar a emergência de uma forma de individualidade histórica. Em particular, a Psicologia representou a constituição de um complexo de saberes especializados, cuja pretensão foi oferecer uma explicação ou descrição dos processos subjetivos dessa nova forma de individualidade.

Contudo, essa explicação não pareceu ser suficiente para apreender a totalidade de determinações da subjetividade, pois o desenvolvimento das

ideias psicológicas no século XVIII e XIX, culminando na consolidação de uma ciência independente, no limite, esteve atenta a apenas a uma parte do processo. De tal sorte, que converteu a aparência em essência, o particular em universal, tornando-o um objeto abstrato, desligado dos processos reais da vida concreta. Em outras palavras, o surgimento da psicologia “não teve o seu ponto de partida na necessidade de se compreender a existência real da subjetividade humana, mas sim na necessidade de se absolutizar uma forma histórica de individualidade enquanto a condição humana universal” (Lacerda Jr., 2010, p. 369).

Dessa forma, as descrições positivas e empíricas dos processos mentais, e até mesmo do comportamento humano derivam de uma ontologia fictícia criada pela necessidade de se conformar a uma estrutura social particular, o capitalismo. Não seria então, a psicologia uma teoria alienada de uma subjetividade também alienada? No mínimo, talvez possa se afirmar que o discurso teórico da psicologia científica se configura não mais que um senso comum refinado e sofisticado sobre uma experiência cotidiana, complexa e demasiadamente ampla que escapa a simples noções ligadas à “vida interior” ou experiência privada.

Assim, nessa nova forma de vida do ser social tem, em seus contornos, a marca do isolamento que pode ser traduzida por certa atomização da sociedade. O nome dessa unidade social básica indivisível é “indivíduo”. Sua substância é a subjetividade individualizada, a qual, uma vez inserida na totalidade das relações de competição e de sobrevivência capitalista, passa a ser também individualismo. Portanto, a fragmentação social, o isolamento, o individualismo e a propriedade privada se engendram nessa formação social da subjetividade. Desse modo, a forma da experiência subjetiva existente no capitalismo não permite que o sujeito seja efetivamente o que pode ser.

Referencias

- Andery, M. A. (1988). *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- Bottomore, T. (2001). *Dicionário do pensamento marxista*. (Trad. Waltensir Dutra) . Rio de Janeiro: Zahar, 1983
- Danziger, K. (1994). *Constructing the subject: Historical origins of psychological research*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Elias, N. (1990). *O processo civilizador* (Trad. Ruy Jungman). Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- Figueiredo, L. C. e Santi, P. L. R. (1997). *Psicologia: uma (nova) introdução*. São Paulo, Educ.

- Holzcamp, K. (2016). *Ciência Marxista do Sujeito: uma introdução à psicologia crítica*. Tomo I/Klaus Holzcamp; Santiano Volmer, editor. Maceió : Coletivo Veredas.
- Jacoby, R. (1977). *Amnésia social: Uma crítica à psicologia conformista de Adler a Laing*. (Trad. S. S. Gomes). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lange, O. (1959). *Economia Política*. In: *Economia* (org. Lenina Pomeranz). São Paulo: Ática, 1981.
- Lacerda Jr.F. (2010). *Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos Psi*. Tese de doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP.
- Locke, J. (1998). *Dois tratados sobre o governo*. (Trad. Julio Fischer). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Lukács, G. (1968). *Marxismo e teoria da literatura* (Trad. Carlos N. Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 .
- Lukács, G. (1923). *História e consciência de classe*. (Trad. Rodnei Nascimento). São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Macpherson, C. B. (1964). *Teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke* (Trad. Nelson Dantas). São Paulo: Paz e Terra, 1979
- Marx, K. (1859). *Contribuição à crítica da economia política* (Trad. Florestan Fernandes). São Paulo : Expressão Popular, 2008.
- Marx, K. (1867), *O Capital, Livro I*. (Trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.
- Marx, K. (1982). *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (Trad. Jesus Ranieri). São Paulo : Boitempo, 2004.
- Parker, I. (2007). *Revolução na psicologia: da alienação à emancipação*. São Paulo: Alínea, 2014.
- Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia*. (Trad. Marcos Marcionilo). São Paulo : UNIMEP, 1998.
- Pavón-Cuéllar, D. (2016). Metapsicología del Capital. *Teoría y Crítica de la Psicología* 7, 139-149.
- Pavón-Cuéllar, D. (2017). Latin-American Marxist Critiques of Psychology. In G. Sullivan, J. Cresswell, B. Ellis, M. Morgan and E. Schraube (Eds), *Resistance and Renewal in Theoretical Psychology* (pp. 106-115). Concord, CA: Captus University Publications.
- Sève, L. (1969). *Marxismo e teoria da personalidade. Vol. 1*. (Trad. E. L. Godinho). Lisboa : Livros Horizonte, 1979.
- Teo, T. (2009). Philosophical concerns in critical psychology. Em D. Fox, I. Prilleltensky & S. Austin, *Critical psychology: An introduction* (pp. 36-53). London: Sage.

Žižek, S. (1994). *As Metástases do Gozo* (Trad. Miguel Serras Pinheiro). Lisboa: Relógio D'Água.

Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas na psicologia*. São Paulo: Edicon.

Fecha de recepción: 27 de febrero de 2018

Fecha de aceptación: 10 de abril de 2019